

2008/05/09

## A AMEAÇA CINZENTA (II PARTE)[1]

José Vegar[2]

O encaixe das rodas dentadas como modelo de investigação de segurança do terrorismo “Jihadista”

Limitadas pela realidade que expusemos, as entidades portuguesas de investigação de segurança estão impedidas de empregar com total eficácia, no combate ao terrorismo Jihadista, o modelo de trabalho[3] em vigor na maioria dos Estados Ocidentais, que é o de “detectar e perseguir os sinais para conseguir encaixar todas as rodas dentadas do mecanismo”[4].

Por outras palavras, a prática adoptada é a de investigar até que uma roda dentada, o propósito de uma acção suspeita de um muçulmano, encaixe na outra, o propósito da acção anterior ou posterior do mesmo muçulmano, ou de outros muçulmanos, também vigiados, ou que o passem a ser.

O modelo assenta no princípio de que qualquer comportamento de um muçulmano, de origem étnica árabe ou europeia, de nacionalidade ocidental ou não, que indicie – que seja o sinal - a ligação a uma acção directa ou indirecta de terrorismo, em qualquer lado do mundo, deve ser acompanhado.

Assim, o modelo de trabalho compreende a investigação de um conjunto de actos praticados por indivíduos, em vários locais do mundo, com graus de visibilidade díspares, que num determinado momento poderão estabelecer uma ou mais conexões, servindo o objectivo de contribuírem para a execução de um acto terrorista.

Isto porque, consideram os investigadores, a partir da experiência adquirida, o planeamento directo de um atentado é apenas uma componente da manifestação de actividade terrorista Jihadista. O roubo ou falsificação de documentos de identificação também pode ser, se estes se destinarem a terroristas que necessitam deles em Roma. Como a doutrinação feita numa mesquita clandestina de Portimão[5] pode servir para recrutar marroquinos que irão executar um atentado em Bruxelas. Como também a “clonagem” de um cartão de crédito no Porto[6] pode destinar –se ao financiamento da compra de uma arma em Sevilha.

Os actos prioritários da investigação são os “crimes instrumentais”, isto é aqueles que servem directamente alguns dos interesses operacionais dos terroristas: compra ilegal ou roubo de armas e explosivos, roubo e falsificação de documentos de identificação, cartões de telemóvel e cartões de crédito, imigração ilegal, tráfico de pessoas.

Depois, estão uma série de operações essenciais para a formação de uma célula ou a concretização de um atentado, abrangendo a criação de locais de culto religioso de acesso seleccionado, a difusão de propaganda ou ideais extremistas, o recrutamento de iniciados, o financiamento das actividades e as comunicações, por internet ou por redes de comunicação de voz, imagem e dados.

Em relação aos crimes instrumentais, o propósito máximo dos investigadores está não só em detectar um acto do tipo referido – por exemplo, a aquisição de um número de passaportes roubados ou falsos – , descobrindo que este indica a preparação atempada de um acto terrorista, e não somente o desenvolvimento de uma actividade criminosa, como em identificar os agentes da oferta, isto é os criminosos que possam fornecer meios essenciais aos elementos de uma célula terrorista, em formação ou já definida.

Em relação às operações essenciais, o mais importante é sempre a pesquisa das fontes do financiamento e dos canais da sua distribuição.

Deste modo, o esforço das autoridades concentra-se na monitorização do circuito do dinheiro que financia o terrorismo islâmico, que se concretiza por vias bastante complexas.



Nesta matéria, o desvio programado de verbas de organizações de caridade islâmica, a criação de empresas fictícias, e a canalização de quantias provenientes do crime, são as principais fontes. Os canais de distribuição assentam em sistemas alternativos internacionais de envio de dinheiro, legais ou não, na “invenção” de documentação proveniente de actividade comercial fictícia, no sistema financeiro ocidental, e no uso de correios humanos. Os mecanismos usados são múltiplos, e vão da sobre facturação comercial ao tradicional branqueamento, usando paraísos “off—shore”[7].

No campo das comunicações, é convicção assente de que o ciberespaço é um terreno de eleição para os terroristas, dado a confidencialidade, alcance e rapidez que garante aos contactos, feitos com múltiplas intenções.

Uma linha de trabalho que tem sido desenvolvida com grande intensidade é a da descoberta e vigilância de “sites” “blogues” e “chats”, já que os serviços chegaram à conclusão de que, por um lado, estes têm sido fundamentais na divulgação dos ideais da “jihad” e na captação de novos fiéis, e que, por outro lado, são criados, ou geridos, por elementos importantes da comunidade radical, por vezes conhecidos apenas de um pequeno grupo de iniciados ou com um perfil discreto[8].

A difusão de ideais e o recrutamento de militantes é a última zona prioritária dos serviços. Neste universo, as autoridades seguem com especial atenção as mesquitas ou locais de culto informais de dimensão reduzida, e todos os actos que possam indicar uma adopção de um ideário radical, ou a exibição de atitudes extremistas por parte de um muçulmano. O facto de os atentados de Madrid e Londres, bem como do abortado em Londres, em Agosto de 2006, terem sido protagonizados por elementos da comunidade muçulmana residente no Ocidente, faz com que esta componente da investigação receba cada vez mais preponderância.

O modelo de pesquisa e análise do terrorismo jihadista incide sobre três tipos de alvos.

O primeiro é formado por muçulmanos nascidos ou residentes no Ocidente, mas que, por vários motivos, que vão da prática de crimes a vazios existencialistas, não se sentem integrados nas respectivas sociedades.

O segundo é composto por muçulmanos “volantes”, normalmente imigrantes ilegais oriundos de países do Médio – Oriente, do Magrebe e da Ásia. Segundo os dados coligidos pelos vários serviços ocidentais, uma célula terrorista pode surgir do nada em qualquer país, levantada por elementos que emigram de um momento para o outro, totalmente desconhecidos, conseqüentemente, não referenciados, ou por outros sem um passado de acção terrorista, e que, habitualmente, permanecem num “submundo” situado entre o trabalho precário, a ilegalidade e a criminalidade. Estes muçulmanos podem desencadear uma acção por iniciativa própria, ou podem ser contactados por um terrorista residente em outro país, que considera que eles estão no sítio certo, no momento certo.

O terceiro tipo de alvos integra os adormecidos[9], os “sleepers” inventados pelo KGB. São elementos perfeitamente integrados nas comunidades onde residem, por vezes há décadas, cultos, muitos são quadros superiores, extremamente discretos, por vezes nem frequentam mesquitas ou locais de encontro da comunidade, e que não manifestam qualquer sinal de intolerância ou de advogarem os princípios da “Jihad”. No entanto, referem insistentemente os relatórios, um dia recebem uma indicação, e fornecem todo o apoio ou organizam eles mesmo um atentado. Quando, retrospectivamente, os serviços investigam o passado destes homens, descobrem sempre um sinal que é óbvio. Ou tiveram um familiar que cometeu um atentado suicida, ou frequentaram uma escola fundamentalista, ou tiveram um pequeno deslize.

Por último, o que funciona, cada vez mais, pela primeira vez na história das entidades de segurança, é a cooperação intensa, efectiva e permanente. Portugal, por exemplo, tem beneficiado consideravelmente das informações dos seus pares, especialmente dos existentes nos países norte-africanos. Também a União Europeia, através da Europol, tem já a máquina bem oleada e alimentada, fazendo o recorte e análise da informação que recebe dos países membros, e enviando-a depois sem restrições para os destinatários a que esta interessa, Portugal incluído.

A dimensão visível da ameaça em Portugal

A frente portuguesa da “guerra longa”[10] contra o terrorismo jihadista foi activada em resposta à acção de Eddin Barakata Yarkas, também conhecido por Abou Dahda, espanhol de origem síria, vigiado pelas autoridades do seu país, devido à suspeição de que pertencia a organizações “jihadistas”.

Logo após o atentado do 11 de Setembro de 2001, os EUA, numa atitude inédita, começaram a libertar muita da informação disponível sobre organizações jihadistas, especialmente sobre a Al

Qaeda.

Yarkas estava referenciado como o contacto de topo da organização em Espanha. Os serviços de informações espanhóis juntaram esta informação à que tinha sido armazenada em anos anteriores, e apertaram a malha de vigilância. Logo em Novembro de 2001, Yarkas foi preso, juntamente com outros seis muçulmanos, também acusados de cooperarem com a rede global inspirada por Bin Laden.

Pouco tempo depois, foi a vez de os espanhóis começarem a soltar informação. Uma das fontes primordiais de recolha de dados tinha sido as chamadas telefónicas de Yarkas, registadas nos seus vários cartões de telemóvel, e uma preciosa agenda de contactos, que foi recuperada intacta. A partir dos registos telefónicos e da lista de números da agenda, foi possível reconstituir o organigrama, ou parte dele, da célula, ou células, a operar em Espanha, no Sul da Europa e no Norte de África.

A fatia de informação libertada para Portugal, entregue ao SIS e à DCCB foi ao mesmo tempo tranquilizante e preocupante. Yarkas nunca tinha falado para Portugal. Mas tinha em sua posse vários números de telemóvel de norte-africanos fixados em Portugal, especialmente marroquinos e argelinos, quase todos eles residentes na grande Lisboa[11].

A partir desta informação, a que juntaram alguma existente, os investigadores do SIS, do SEF e da DCCB iniciaram, separadamente, os primeiros trabalhos no terreno.

Em 2002, foram aprofundadas as investigações, que ainda hoje prosseguem, sobre as redes de magrebinos, egípcios e paquistaneses que vivem ilegalmente em Portugal. A visibilidade pública deste trabalho investigativo foi a detenção, em Março de 2003, numa operação conjunta entre o SIS e o SEF, realizada em Lisboa[12] e na Quarteira[13] de parte de uma rede de argelinos, constituída por 13 indivíduos, que se dedicava, entre outras actividades criminosas, à falsificação e utilização de documentos falsos, especialmente passaportes, bilhetes de identidade e cartões de crédito, e da qual, alguns dos membros, nomeadamente os que davam pelos nomes de Oulhaj e Sassi, tinham já um longo passado de ligação a grupos jihadistas em toda a Europa, e estavam referenciados pelas autoridades inglesas e alemãs[14].

Do trabalho de investigação sobre parte da rede identificada pelo SIS e SEF, prosseguido criminalmente pela DCCB, resultou a detenção, mais tarde, e depois a condenação, em 2004, do cidadão argelino Sofiane Laib, de 25 anos, a três anos e meio de prisão, por falsificação e utilização de documentos falsos.

Não foi provada qualquer das acusações de terrorismo. No entanto, o que mostram claramente os ficheiros deste processo elaborados pelo SIS e pela DCCB, alimentados também por informações resultantes da colaboração das autoridades inglesa e alemã, é que Laib tinha residido em Hamburgo entre 1998 e 2001, tendo privado com Atta e outros magrebinos envolvidos na preparação e execução do atentado de 11 de Setembro de 2001[15].

Laib e Atta viveram juntos em Hamburgo, num apartamento arrendado por Atta, entre 1998 e 2000, onde durante esse período habitaram mais 29 muçulmanos. Aliás, os ficheiros indicam que Laib conhecia e tinha uma relação próxima com um dos muçulmanos que privou intimamente com Atta, o tunisino Ben Yamin Issak. Nos anos seguintes, Laib e Issak mantiveram a relação, inclusivamente em Lisboa, onde o tunisino residiu em várias alturas[16].

Em Janeiro de 2003, Issak, tendo consigo um documento de identidade português falso, foi preso na casa de outro argelino, em Londres, juntamente com mais 25 muçulmanos, em outros pontos do Reino Unido, acusados de conspiração terrorista. Mais tarde, durante os interrogatórios, o próprio Issak confirmou que, depois de Hamburgo, tinha voltado a ter contactos com Laib, em vários países europeus. Aos ingleses, Issak confessou ter mantido uma relação com Mohameed Atta.

Laib, por sua vez, nos dias anteriores à sua detenção em Lisboa, tinha feito telefonemas para o Reino Unido, para França, para Hamburgo e para o Líbano. As investigações encetadas pelas entidades portuguesas em 2002 sobre as redes de norte-africanos, a que se acrescentam as de egípcios e paquistaneses, com presença regular em Portugal mantém-se, dado que são os membros destas os principais suspeitos dos crimes instrumentais conexos do terrorismo jihadista, e dos relacionados com o crime organizado.

O SIS arriscou mesmo em escrever recentemente[17] que “as redes jihadistas transnacionais representam hoje para Portugal uma ameaça real. No nosso país foi detectada a presença de indivíduos (...), suspeitos de integrarem células terroristas noutros países europeus e de estarem envolvidos em recrutamento e preparação de atentados”. O SIS garante ainda que “continua também

a verificar-se a possibilidade de actividades de apoio logístico a indivíduos suspeitos de estarem envolvidos em actividades terroristas e que se deslocaram ao nosso país em busca de documentos falsos, de financiamento e de recuo temporário. Uma parte significativa dos indivíduos suspeitos de envolvimento no apoio logístico dedica-se simultaneamente a actividades criminosas, tais como tráfico de estupefacientes, roubo e furto de documentos, cartões de crédito e telemóveis, bem como auxílio à imigração ilegal”.

Para as entidades de segurança, um dos crimes mais preocupantes parece ser o da imigração ilegal, dado que as redes – formadas por argelinos, marroquinos, egípcios e paquistaneses - controlam um número impossível de calcular de cidadãos a trabalhar ilegalmente no nosso país, que se dedicam, precisamente, ao tráfico de droga, e à falsificação de cartões de crédito e telemóvel e documentos de identidade.

Em 2005, o SEF abriu 307 processos de investigação de redes de imigração ilegal e de falsificação de documentos, mais 19 por cento que em 2004. No entanto, no caso específico de Portugal, o fenómeno criminal mais grave é o do roubo e falsificação de documentos de identidade. Em Portugal, em 2005, foram detectados pelo SEF 1070 passaportes falsos ou roubados.

Mas, no submundo global dos documentos falsos, Portugal tem uma especial vulnerabilidade: O cartãozinho plastificado castanho, ou seja o famoso bilhete de identidade português[18]. O típico BI português tem cativado os falsificadores de todo o mundo porque sendo tecnologicamente obsoleto, é ainda uma folha de papel plastificada que não utiliza recursos tecnológicos já acessíveis, como a biometria, é de fácil, para especialistas, manipulação e reprodução. Várias iniciativas governamentais para tornar o cartão mais “contemporâneo”, introduzindo as tecnologias de segurança empregues em alguns cartões de crédito, por exemplo, têm esbarrado em limitações financeiras estatais, e na controvérsia em torno da protecção de dados pessoais informatizados. Prevê – se, no entanto, que em 2008 os portugueses sejam obrigados a ter um novo BI, mais adequado à época em que vivemos.

Até lá, o Estado português vai ter de continuar a sofrer a pressão permanente dos seus pares ocidentais, nada satisfeitos com a manutenção do anacronismo documental consagrado no nosso país. É que o BI transporta em si uma combinação explosiva: é de fácil contrafacção e é um documento de um Estado da União Europeia. Com tais qualidades, a procura, a nível mundial, é imensa.

Várias redes têm sido detectadas um pouco por todo o mundo, e todos os dias aparecem cidadãos naturais dos mais inimagináveis países a brandir, nas fronteiras, o cartãozinho castanho. Em Maio de 2006, foi detectada mais uma rede de dimensão considerável a operar com BI portugueses, desta vez em território espanhol. A rede, cujo núcleo central era constituído por dezasseis pessoas, operava em Madrid, Barcelona, Saragoça, Sevilha e Granada, e tinha posto em circulação centenas de bilhetes de identidade contrafeitos. Os principais clientes eram norte - africanos e sul-americanos, que aceitaram pagar entre 500 a 1000 euros por um cartão, um preço considerado aceitável neste mercado negro. Em Fevereiro deste ano, foi detectada uma outra, também em Espanha, mais especificamente em Oviedo, formada por sete elementos.

Uma terceira estratégia das redes de norte-africanos e paquistaneses detectada é a dos “casamentos brancos”, em que cidadãs portuguesas, mediante determinada quantia, acedem a casar com estrangeiros ilegais, que assim passam a ter direito à nacionalidade portuguesa.

O trabalho de pesquisa feito pelos investigadores prova que os casamentos são o passo final de uma estratégia por parte de, pelo menos, dois tipos distintos de organizações. Um é formado por pequenos grupos de imigrantes muçulmanos – especialmente argelinos e paquistaneses – que procuram, nas cidades, prostitutas, toxicodependentes e raparigas em má situação financeira para a celebração do acto. A segunda é constituída por criminosos do meio da droga, com conhecimentos vastos de raparigas com perfil para o negócio, de toxicodependentes a jovens africanas sem recursos financeiros, que ficam com uma margem do pagamento para si, actualmente fixado entre 1500 a 3000 euros.

Por outro lado, as raparigas mais cooperantes, aproveitando o seu estatuto comunitário, não se limitam a casar em Portugal, indo por vezes realizar a cerimónia a Espanha ou ao Reino Unido, entre outros países. Os investigadores do SEF identificaram vários dos envolvidos no negócio, e passaram a vigiá-los na medida do possível. Realizaram também uma acção preventiva nos cartórios e junto de algumas das mulheres envolvidas. Um dos investigadores diz hoje que “um das consequências mais graves dessa investigação, e de outras que se seguiram, é que os imigrantes e os intermediários passaram a exercer pressão, e muitas vezes violência, sobre as mulheres que se recusam a assinar os papéis”[19]. O recurso ao casamento branco, que continua activo em

Portugal, é um dos fenómenos que o SIS, o SEF e a PJ actualmente seguem mais de perto.

Outra linha de trabalho, especialmente intensa, é a do financiamento do terrorismo. Logo em 2004, a DCCB investigou uma série de transferências bancárias de Lisboa para Madrid, realizadas em 2003, que podem ter servido para um financiamento parcial do atentado de 11 de Março.

O serviço de espionagem portuguesa alerta que, em 2005 e 2006, “foram também detectados novos indícios de actividades de financiamento para organizações radicais e grupos extremistas a actuar fora de território nacional, designadamente na região indo-paquistanesa”[20], especialmente relacionadas com “o encaminhamento de verbas obtidas de modo criminoso, e desvio de receitas de organizações de caridade[21]”.

Em Outubro de 2004, uma informação libertada pelas autoridades espanholas de que uma célula terrorista jihadista pretendia adquirir explosivos na zona de Bragança[22], para serem utilizados num atentado contra a Audiência Nacional de Madrid, levou os investigadores portugueses a confrontarem-se com uma realidade extremamente grave: a venda ilegal de explosivos.

O comércio nacional de explosivos, devido ao número elevado de clientes, especialmente nos sectores da construção civil e pedreiras, é bastante dinâmico e pouco controlado. A fuga aos impostos, e, consideram os investigadores, o desleixo com que as autoridades passam autorizações de armazenamento e comercialização, fazem com que seja fácil adquirir e vender material deste tipo. Em Março de 2005, a PJ montou uma operação, no Norte do país, entre Bragança e Viseu, em quatro paíóis de uma das maiores empresas do sector, a “Moura, Silva e Filhos”, apreendendo 785 quilos de explosivos, sem qualquer registo nos sistemas da empresa, dos quais 70 quilos de Goma 2 Ecco, utilizados frequentemente por terroristas. A operação, diz um elemento da PJ “foi acima de tudo um sinal para os comerciantes de explosivos de que os tempos de impunidade acabaram”.

No entanto, não parece ter surtido grande efeito. Em Fevereiro de 2006, novamente no Norte, em Valpaços, a PJ realizou outra operação, da qual resultou a apreensão de 260 quilos de explosivos ilegais, do tipo gelamonite 33, perfeitamente adaptável a atentados, e a prisão de três indivíduos. O comércio ilegal, face às informações existente, diminuiu, mas não foi extinto.

A informação das entidades de segurança portuguesas assegura que a actividade das redes até agora referida é apenas uma reduzida parte da hipotética presença terrorista jihadista em território nacional, tendo sido detectados vários outros sinais preocupantes[23].

Em Maio de 2004, nas vésperas do campeonato europeu de futebol, foram expulsos de Portugal onze magrebinos, dos quais alguns são suspeitos de ligações à célula responsável pela morte do realizador holandês Theo Van Gogh, em 2003, em Amesterdão. Efectivamente, o marroquino Noureddine estava nesse grupo, e foi, depois do atentado que vitimou mortalmente Van Gogh, preso pela polícia holandesa. Em Amesterdão, antes do atentado, Noureddine partilhava um apartamento com o principal acusado pelo homicídio de Van Gogh, Mohamed Bouyeri.

Aliás, na Primavera de 2004, foram investigados em Portugal nove casos relacionados com possíveis ligações de muçulmanos a redes terroristas. Já em Maio de 2005, o Estado português extraditou para a Bélgica o bielorrusso Serguei Malishev, nascido em 1975, e suposto perito em armas químicas, suspeito de pertencer ao movimento jihadista. Malishev esteve preso dois meses em Portugal, por ter desrespeitado uma ordem de expulsão do país, decretada após a sua detecção no Algarve, onde circulava sem documentos. Foi extraditado para a Bélgica, porque o Estado belga tinha emitido um mandato de captura internacional em seu nome. No nosso país, Malishev, interrogado, não revelou qualquer ligação ao terrorismo, nem foi, aparentemente, possível descobrir qualquer actividade suspeita da sua parte.

Mas em Dezembro de 2005, Malishev foi preso em Espanha, perto de Palma de Maiorca, acusado de pertencer a uma célula “jihadista” liderada por um iraquiano, Abu Sufian.

Outra informação reservada, produzida pelo SIS e pela DCCB, dá conta de um derradeiro fenómeno preocupante, o da criação de mesquitas clandestinas, frequentadas pelos muçulmanos volantes na Europa, que formaram a última vaga de migração, iniciada nos anos 90, constituída por homens e mulheres oriundos do Paquistão, Egipto, Norte de África e Bangladesh, sem qualquer ligação a Portugal, disseminados em todo o território, embora predominantemente na periferia das grandes cidades, e sem ligações à comunidade central.

Elementos destas comunidades desenvolvem esforços para a criação de mesquitas clandestinas, muitas vezes em quartos de pensões, onde vão os imigrantes ilegais, os explorados profissionalmente, os alvos de racismo, e os desprezados dentro da própria comunidade. Numa

palavra, os desenquadrados, que são os mais sensíveis ao recrutamento jihadista. Um relatório refere o facto de, recentemente, terem sido detectadas mesquitas deste tipo no Algarve, em Odivelas e na Margem Sul de Lisboa[24].

Em relação à comunidade islâmica portuguesa, que pode constituir uma outra linha de hipotética ameaça, principalmente através de elementos desta que professem ideais extremistas, os dados obtidos são até ao momento mais tranquilizantes.

Com pouco mais de 30 mil membros - muito menos que os milhões residentes em França, Reino Unido e Alemanha -, na sua maioria sunitas, espalhados maioritariamente pela grande Lisboa, e com locais de culto conhecidos, os muçulmanos portugueses, cuja primeira geração tem origem em Moçambique, e a segunda nasceu no nosso país, nunca mostraram grande apego ou simpatia pelas ideias extremistas.

Um parágrafo de um texto escrito por um antigo director SIS, José António Teles Pereira, faz a síntese pública possível da dimensão da ameaça jihadista em território nacional: “O nosso país situa –se numa espécie de “zona cinzenta”, da qual o máximo que se pode dizer é que não está tão “próximo” do problema que a ocorrência de atentados se situe a nível da grande probabilidade, mas que também não está tão “longe” em termos de essa possibilidade ser considerada negligenciável”[25].

[1] Título completo: “A Ameaça Cinzenta – Deficiências do Sistema de Investigação de Segurança Nacional Português e Presença do Terrorismo Jihadista”. A versão original deste artigo foi concluída em Março de 2007 e publicada na revista científica *Studies in Conflict and Terrorism* em Maio de 2008. As alterações legislativas no sistema de segurança português entretanto aprovadas não estão contempladas na redacção desta versão original.

[2] vegarj@gmail.com Investigador CIES - ISCTE

[3] Os dados revelados nesta e na próxima secções do artigo foram obtidos a partir de recolhas periódicas de informação efectuadas pelo autor junto de funcionários superiores do SIS, da PJ, do SEF e da hierarquia executiva do aparelho de segurança interna português, entre 1998 e 2006. Por questões metodológicas, decidimos assinalar, mas apenas através de um número, os autores das informações mais específicas, preservando assim o seu anonimato.

[4] Entrevista do autor a inspector – coordenador da PJ. Lisboa, Novembro de 2005 (Funcionário PJ – 1).

[5] Cidade do Sul litoral de Portugal

[6] Cidade do Norte de Portugal, capital do distrito do Porto.

[7] O FATF-GAFI disponibiliza informação detalhada sobre estes processos, em <http://www.fatf-gafi.org/>.

[8] Hoffman, Bruce, “Inside Terrorism”, (Colúmbia, 2006), 197-229.

[9] Entrevista do autor a inspector – coordenador da PJ. Lisboa, Novembro de 2005 (F - PJ-1).

[10] Na doutrina mais recente sobre o terrorismo jihadista, e o tipo de conflito que originou com os principais Estados do Ocidente, é perceptível a evolução de terminologia de “guerra global” ou “guerra contra o terror” para “guerra longa”.

[11] Entrevista do autor a funcionário superior do SIS. Lisboa, Março de 2004 (F SIS – 1).

[12] Capital de Portugal

[13] Cidade do distrito do Algarve, com forte densidade habitacional, e grande actividade turística.

[14] Entrevista do autor a inspector – coordenador da PJ. Lisboa, Março de 2004 (F PJ-2).

[15] A actividade da célula de Hamburgo está documentada em várias obras abertas. No entanto, pela minúcia da pesquisa, é obrigatória a consulta de “The 9/11 Commission Report”, Norton, p 160-169.

[16] Entrevista do autor a funcionário superior do SIS. Lisboa, Março de 2004 (F-SIS 1).

[17] Relatório de Segurança Interna 2005, capítulo SIS, Ministério da Administração Interna. O Relatório de Segurança Interna é o documento produzido anualmente pelo Estado português sobre a

actividade criminosa e terrorista no território nacional.

[18] Todos os cidadãos portugueses são obrigados a ter um documento de identificação, o Bilhete de Identidade, onde constam os dados pessoais e a fotografia.

[19] Entrevista do autor a funcionário superior do SEF. Lisboa, Dezembro de 2005.

[20] Relatório de Segurança Interna, 2005, capítulo SIS, Ministério da Administração Interna.

[21] Entrevista do autor a funcionário superior do SIS. Lisboa, Março de 2006 (F-SIS – 2).

[22] Cidade do Norte de Portugal, junto a Espanha.

[23] Entrevista do autor a funcionário superior da PJ. Lisboa, Janeiro de 2006 (F-PJ 3).

[24] Entrevista do autor a funcionário superior da PJ. Lisboa, Janeiro de 2006 (F-PJ 3). O Algarve é o distrito mais a Sul de Portugal. Odivelas e Margem Sul são zonas de grande densidade habitacional na periferia de Lisboa

[25] Pereira, José António Teles. Artigo de opinião (revista “Atlântico”, Lisboa, 29 de Setembro de 2005) p. 38-43.

## **47 TEXTOS RELACIONADOS:**

**2012/07/27**

### **O TERRORISMO JIHADISTA NA EUROPA: ALGUMAS TENDÊNCIAS SOBRE RADICALIZAÇÃO E RECRUTAMENTO[1]**

*Francisco Jorge Gonçalves[2]*

**2011/11/07**

### **OS DESAFIOS ACTUAIS ÀS INFORMAÇÕES MILITARES**

*Rui Vieira[1]*

**2011/05/11**

### **A MORTE DE BIN LADEN E O FUTURO DA AL QAEDA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/12/12**

### **AINDA OS BLINDADOS E O PORQUÊ DAS COISAS**

*João José Brandão Ferreira*

**2010/11/15**

### **VENDER O PÂNICO[1]**

*Paulo Pereira de Almeida[2]*

**2010/08/16**

### **PRIVACIDADE OU SEGURANÇA[1]**

*Paulo Pereira de Almeida*

**2010/07/26**

### **A (IN)UTILIDADE DA PJ[1]**

*Paulo Pereira de Almeida[2]*

**2010/07/13**

### **LIDERANÇA E SERVIÇOS SECRETOS[1]**

*Paulo Pereira de Almeida[2]*

**2008/12/10**

### **CRIME ORGANIZADO E TERRORISMO NO SAHEL**

*José Vale Faria[1]*

**2008/10/10**

### **OS TALIBÃS DE VOLTA A CABUL**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/09/27**

### **TENDÊNCIAS DO TERRORISMO JIHADISTA, SETE ANOS APÓS O 11 DE SETEMBRO**

*José Vale Faria[1]*

**2008/06/29**

**O TERRORISMO NO PERU E A UNIÃO EUROPEIA**

*Marcelo Rech[1] (Brasil)*

**2008/06/05**

**ISLAMISMO RADICAL E JIHADISMO EM MARROCOS (I PARTE)**

*José Vale Faria*

**2008/06/05**

**ISLAMISMO RADICAL E JIHADISMO EM MARROCOS (II PARTE)**

*José Vale Faria*

**2008/05/08**

**A AMEAÇA CINZENTA (I PARTE)[1]**

*José Vegar[2]*

**2008/03/28**

**HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE III**

*José Vale Faria[1]*

**2008/03/27**

**HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE II**

*José Vale Faria[1]*

**2008/03/26**

**HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE I**

*José Vale Faria[1]*

**2008/03/16**

**EUROPA SOB UMA TRIPLA AMEAÇA DA AL-QAEDA**

*José Vale Faria [1]*

**2008/02/19**

**A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DO TERRORISMO[1]**

*Tiago Alexandre Maurício*

**2008/02/16**

**O QUE HÁ DE NOVO NA “INTELLIGENCE?”[1]**

*Francisco Proença Garcia[2]*

**2008/02/07**

**O TERRORISMO SUICIDA FEMININO: O CASO DOS TIGRES TAMIL**

*Daniela Siqueira Gomes [1]*

**2007/10/08**

**DOCTRINA TÁTICA E ESTRATÉGICA NA GESTÃO DA ACTIVIDADE OPERACIONAL: A SEGURANÇA PESSOAL[1]**

*Luís Ribeiro Carrilho[2]*

**2007/09/11**

**FARC: TERRORISMO, BRAVATAS E MUITO DINHEIRO**

*Marcelo Rech[1]*

**2007/08/23**

**PAQUISTÃO: ESCOLHAS DIFÍCEIS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/07/04**

**TERRORISMO EM LONDRES: SERVIÇOS SECRETOS EM ALERTA[1]**

*Fábio Pereira Ribeiro[2]*

**2007/06/17**

**A CIA, O IRAQUE E AS FALHAS DA INFORMAÇÃO**

*Francisco Gomes[1]*

**2007/06/15**



**SERVIÇOS SECRETOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: FORÇAS DE BASTIDORES DA POLÍTICA INTERNACIONAL OU UM NOVO CAMPO DE ESTUDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS? [1]**

*Fábio Pereira Ribeiro[2]*

**2007/05/18**

**GUERRA SUBVERSIVA NA WEB 2.0**

*Nuno Perry Gomes*

**2007/05/11**

**BRASIL E O CINISMO DAS FARC[2]**

*Marcelo Rech[1]*

**2007/02/24**

**COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (II PARTE)**

*Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves*

**2007/02/23**

**COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (I PARTE)**

*Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves*

**2007/02/07**

**O TERRORISMO TRANSNACIONAL – CONTRIBUTOS PARA O ENTENDIMENTO DA SUA ESTRUTURA, RECRUTAMENTO E FINANCIAMENTO. (II PARTE)**

*Francisco Proença Garcia*

**2007/02/06**

**O TERRORISMO TRANSNACIONAL – CONTRIBUTOS PARA O ENTENDIMENTO DA SUA ESTRUTURA, RECRUTAMENTO E FINANCIAMENTO. (I PARTE)**

*Francisco Proença Garcia[1]*

**2007/01/15**

**TERRORISMO[1]**

*Luís Sousa Leal*

**2006/11/23**

**LAS GUERRAS QUE NOS VIENEN**

*Miguel Fernández y Fernández [1]*

**2006/05/04**

**OS VOOS SECRETOS E A TORTURA NAS PRISÕES DA CIA**

*Marcelo Rech[1]*

**2005/10/21**

**TERRORISMO. ALGUMAS NOTAS SOLTAS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/09/09**

**A ACTUALIDADE DE FUKUYAMA E HUNTINGTON**

*Pedro Carvalho*

**2005/08/01**

**OS ATENTADOS DE LONDRES (III)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/07/22**

**OS ATENTADOS DE LONDRES (II)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/07/10**

**OS ATENTADOS EM LONDRES**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/01/11**

**AS VITÓRIAS DA ALCAIDA**

*António Borges de Carvalho*

**2004/12/14**

**PORQUE É QUE O OCIDENTE ESTÁ A PERDER A GUERRA CONTRA O TERRORISMO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/07/21**

**A IMPORTÂNCIA DE UMA DEFINIÇÃO DE TERRORISMO**

*Ana Manuel Ferreira Malheiro de Magalhães*

**2004/02/28**

**A GUERRA GLOBAL DOS EUA CONTRA O TERRORISMO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2003/09/22**

**O NOVO TERRORISMO**

*ES*